

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS, REALIZADA NO DIA ONZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
ATA NÚMERO DEZOITO
(Mandato 2021-2025)
Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro reuniu nas instalações do Lisboa Ginásio Clube, sitas na Rua dos Anjos número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Manuel Cal Gonçalves, coadjuvado pela Primeira Secretária, Alexandra Isabel Machado Cordeiro, e pela Segunda Secretária em exercício, Maria Joana Camacho Pinela Martins Damas, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Período antes da ordem do dia (PAOD);
2. Leitura, discussão e votação das atas n.º 13, 14, 15 e 16 referentes às reuniões realizadas em 3 de outubro de 2023, 7 e 27 dezembro de 2023 e 29 de abril de 2024, respetivamente;
3. Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de dezembro de 2023 a março de 2024, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 2, do art.º 9.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de abril e maio de 2024, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 2, do art.º 9.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
5. Análise, discussão e apreciação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição referente ao ano de 2023; 6. Análise, discussão e votação da proposta de revogação, por mútuo acordo, do protocolo celebrado entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; 7. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo com a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental, para efeitos de atribuição de apoio financeiro e cedência de espaço;
Freguesia de Arroios (Lisboa) e o Clube Estefânia para efeitos de atribuição de apoio financeiro;
9. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e o G.A.T Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA – Pedro Santos no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024);
10. Análise, discussão e votação da proposta de segunda alteração ao protocolo celebrado com o Centro Social Paroquial de São Jorge de Arroios no âmbito do projeto "REPÚBLICA";
11. Análise, discussão e votação da proposta de primeira alteração ao protocolo celebrado com o Centro Social Paroquial de São Jorge de Arroios no âmbito do projeto "REPÚBLICA II";
12. Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com a <i>Associação Cultural Ephemera</i> destinado à cedência de espaço e realização de eventos de natureza cultural e/ou histórica;
13. Análise, discussão e ratificação da proposta de protocolo entre a Freguesia de

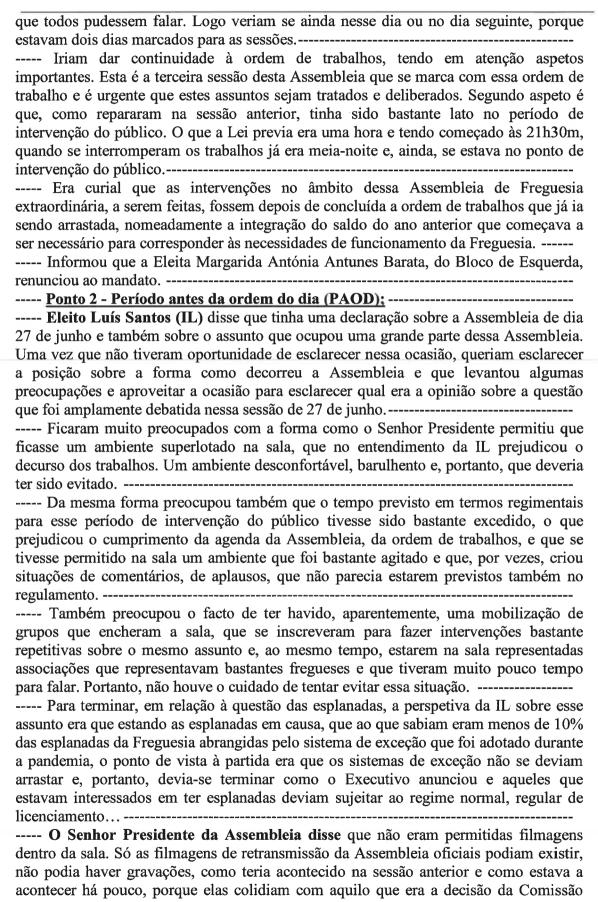


Arroios (Lisboa) e a Angelini Pharma Portugal, Unipessoal Lda., no âmbito da Feira de
Saúde de Arroios (2024);
14. Análise, discussão e votação da ratificação de protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Cooperativa de Solidariedade Social de Apoio e Proteção ao Idoso,
CRL., no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024);
15. Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Faculdade de Ciências Médicas / NOVA Medical School da
Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024);
16. Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Sociedade Antialcoólica Portuguesa (SAAP) no âmbito da Feira de
Saúde de Arroios (2024);
17. Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Associação de Internos de Medicina Geral e Familiar de Lisboa e
Vale do Tejo (AIML VT) no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024);
18. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal para efeitos de
incentivar a população a adotar estilos de vida saudável, no âmbito da diabetes tipo 2, e
concessão de apoio financeiro;
19. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a
Freguesia de Arroios (Lisboa) e o Lisboa Ginásio Clube - Associação Privada Sem Fins
Lucrativos para efeito de atribuição de apoio financeiro;
20. Análise, discussão e votação da proposta de protocolo entre a Freguesia de
Arroios (Lisboa) e a Associação de Radioamadores da Região de Lisboa (ARRLx) no
âmbito das comunicações de emergência e concessão de apoio financeiro;
21. Análise, discussão e deliberação de ratificação sobre a aceitação de doação de
bens perecíveis de 01 dezembro de 2023 a 31 de março de 2024, sujeita a ratificação,
subsequente da Assembleia de Freguesia de Arroios, nos termos de deliberação anterior
deste órgão;
22. Análise, discussão e deliberação de ratificação sobre a aceitação de doação de
bens perecíveis de 01 de abril de 2024 a 31 de maio de 2024, sujeita a ratificação,
subsequente da Assembleia de Freguesia de Arroios, nos termos de deliberação anterior
deste órgão;
23. Informação do executivo quanto à auditoria financeira, quanto à auditoria
procedimental e quanto à auditoria informática, em curso, conforme já agendado na
assembleia de freguesia de 06 de junho de 2022;
24. Análise, apreciação, discussão e deliberação sobre o Relatório e Contas do
exercício de 2023 e apreciação do parecer do Revisor Oficial de Contas;
25. Análise, apreciação, discussão e deliberação sobre a primeira Alteração
Orçamental Modificativa de 2024 - integração do saldo de gerência de 2023 - e das
Grandes Opções do Plano, do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para
2024;
26. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da
Freguesia e respetiva avaliação;
27. Análise, discussão e votação da proposta e fundamentação da primeira
alteração ao Mapa de Pessoal de 2024;
28. Informação do executivo quanto ao ponto de situação dos procedimentos
concursais de contratação e pessoal;
29. Análise, discussão e votação da proposta de Adenda ao Contrato de Delegação

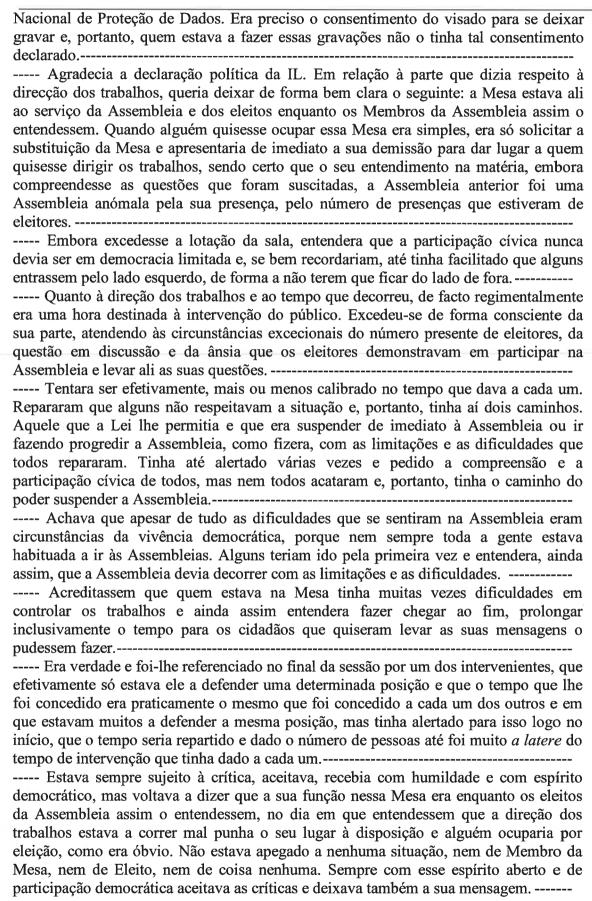


de Competências celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Arroios
(Lisboa) com o n.º 5/UCT/DRJF/2019;
Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Eleitos:
Do Partido Socialista (PS): - Vítor Manuel da Cruz Carvalho, Vítor Carlos Teles
Fernandes, Joana Guerreiro Mestre, Pedro Manuel Dias Louro e João Manuel Aiveca
Caseiro
Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP) - Luís Francisco de
Couto Bento de Sousa e Vitor Manuel Rosa Pinheiro
Do Partido Social-Democrata (PSD): Paula Cristina dos Santos Ferreira Castella
Correia
Da Coligação Democrática Unitária (CDU): - Anna Nemcova de Almeida, Ana
Luísa Martins Pereira Mirra e Bruno Rafael Raposo Filipe Ferreira
Do Bloco de Esquerda (BE) - Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante e José Pedro
Campinas da Costa Torres
Da Iniciativa Liberal (IL) – Luís Manuel Lima de Aguiar Santos
Do Partido "Pessoas-Animais-Natureza" (PAN) – Patrícia Leitão Mariano
Do Partido Chega (Chega) – Carlos Miguel Prata da Silva
Faltaram à reunião os seguintes Membros:
Joana Freire da Silva Pinto Coelho, que justificou a sua ausência e foi substituída
por Vitor Manuel Rosa Pinheiro
Bernardo Luís Amador Trindade, que justificou a sua ausência e foi substituído por
Pedro Manuel Dias Louro
Maria Catarina Melro Praxedes da Silva, que justificou a sua ausência e foi
substituída por João Manuel Aiveca Caseiro
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira, que justificou a sua ausência e foi
substituída por Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante.
Cláudio Alexandre Viana Guerreiro, que justificou a sua ausência e foi substituído
por José Pedro Campinas da Costa Torres
Cristina Maria Neves Nunes, que justificou a sua ausência e foi substituída por
LuísManuel Lima de Aguiar Santos
Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves, que justificou a sua ausência e foi
substituído por Bruno Rafael Raposo Filipe Ferreira
A Junta de Freguesia esteve representada pela Senhora Presidente da Junta, Maria
Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade; pelo Secretário João Francisco
Borges da Costa; pelo Tesoureiro Ricardo Nuno dos Reis Afonso; pelo Vogal Rui Nuno
de Gouveia Amorim Vilela Dionísio, pela Vogal Teresa Maria Soares Pedroso Areosa
da Cruz, pela Vogal Maria Manuel Figueiredo Barroso Baía Afonso e pelo Vogal
Damião Martins de Castro,
Às vinte e uma horas e trinta minutos, em segunda convocatória, o Senhor
Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião
Esclareceu que essa Assembleia de Freguesia extraordinária decorria na sequência
da segunda reunião da sessão anterior não se ter podido realizar por razões de ordem
técnica
Na reunião feita com os representantes dos vários partidos foi decidido que em vez
de haver continuação se desse por terminada aquela sessão, convocando uma nova
sessão com a ordem de trabalhos por concluir. Foi isso que se fez
No entanto, percebia-se que havia vários Membros a pretender usar da palavra
enquanto eleitores. Portanto, iriam aditar ao final da ordem de trabalhos um ponto para
enquanto elettores, i ortanto, main actual ao iniai da ortieni de dautilos um ponto para

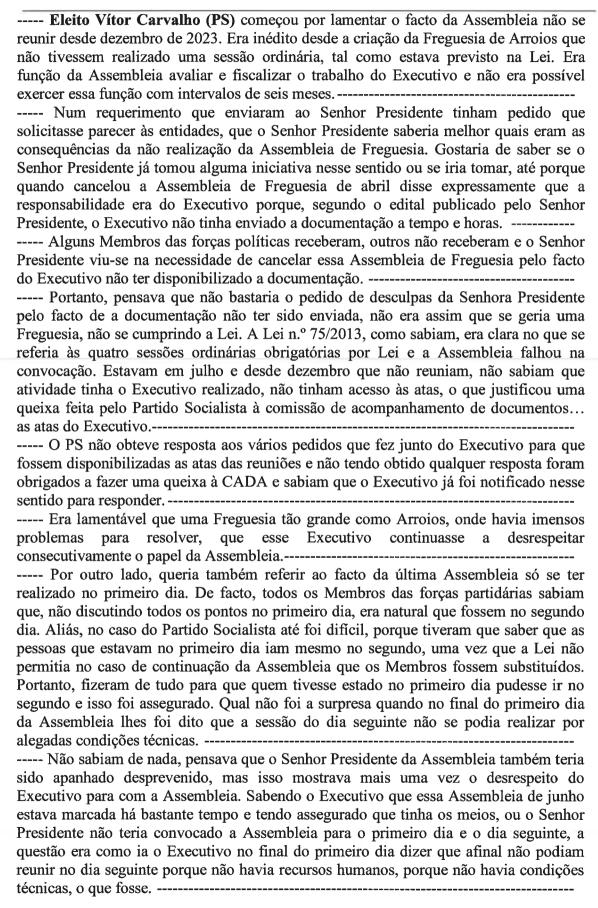




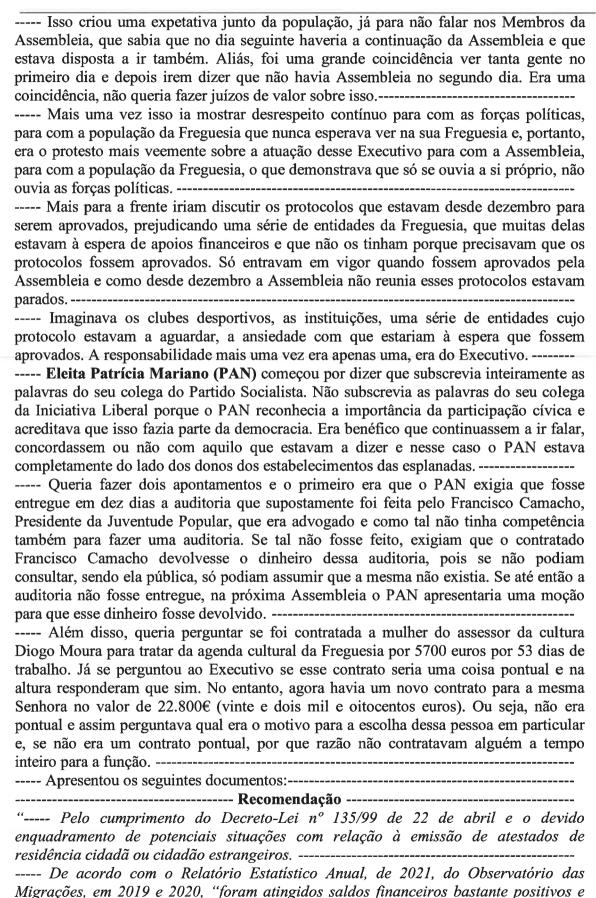




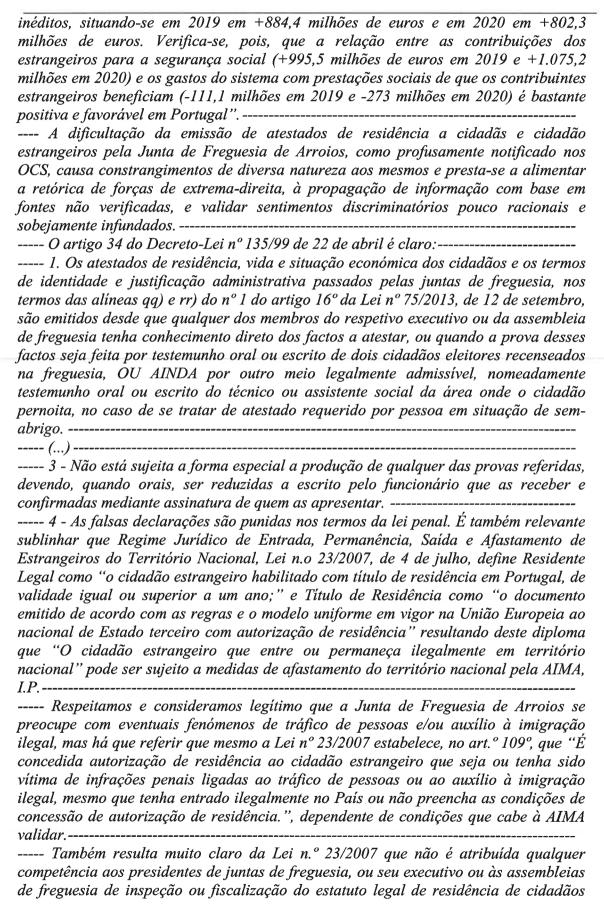








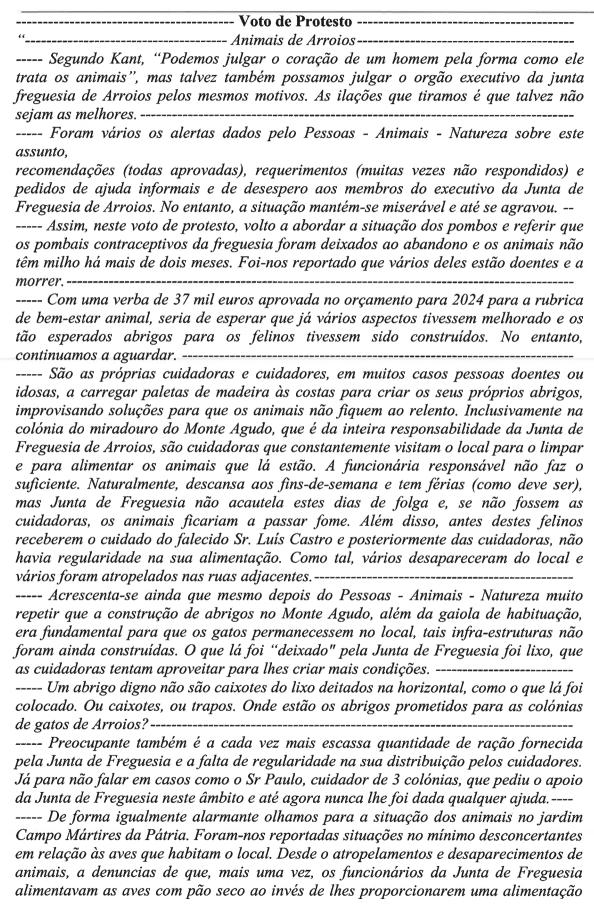






estrangeiros no território nacional, pelo que a Junta de Freguesia de Arroios, a sua
Presidente, o seu executivo e bem assim também a assembleia de freguesia estão
impedidos de se imiscuir em, ou mesmo usurpar, funções que estão legalmente
atribuídas à AIMA,
Não pode, portanto, a Junta de Freguesia de Arroios exigir a apresentação de
título de residência válido para decidir pela emissão de atestado de residência
O atestado de residência tem de ser emitido sempre que:
Qualquer dos membros do respetivo executivo ou da assembleia de freguesia tenha
conhecimento direto dos factos a atestar, OU
quando a prova desses factos seja feita por testemunho oral ou escrito de dois
cidadãos eleitores recenseados na freguesia, OU
a prova desses factos seja feita por outro meio legalmente admissível
Assim, se as cidadãs e cidadãos estrangeiros se apresentam nos serviços da Junta
de Freguesia acompanhados de dois cidadãos eleitores recenseados na freguesia que
prestam testemunho oral ou escrito (e sendo oral, reduzido a escrito por funcionário da
Junta de Freguesia de Arroios) dispostos a testemunhar os factos a atestar, a Junta de
Freguesia não pode exigir outras formalidades ou documentos que não se encontrem
previstos no art.º 34º do Decreto-Lei n.º 135/99
Tendo a Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, algum membro do executivo
ou da assembleia de freguesia, fundadas suspeitas de que tenha ocorrido algum ilícito
criminal de falsas declarações, e tendo a qualidade de funcionário nos termos da lei
penal, deverá ponderar a apresentação de tais factos a órgão de polícia criminal e/ou
autoridade judiciária, que é quem tem competência para investigar ilícitos criminais, o
que, mais uma vez, não compete à Junta de Freguesia de Arroios, à sua Presidente, ao
seu executivo e bem assim também não compete à assembleia de freguesia
Assim, vem a eleita do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) propor que a Assembleia
de Freguesia de Arroios, delibere recomendar à Junta de Freguesia de Arroios que:
Adeque os seus procedimentos de emissão de atestados de residência em estrito
cumprimento do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, emitindo tais atestados sempre
que:
qualquer dos membros do respetivo executivo ou da assembleia de freguesia tenha
conhecimento direto dos factos a atestar, OU
quando a prova desses factos seja feita por testemunho oral ou escrito de dois
cidadãos eleitores recenseados na freguesia, OU
· · ·
a prova desses factos seja feita por outro meio legalmente admissível
Quando, não obstante ter cumprido a obrigação legal de emissão de atestado de
residência nos termos do ponto anterior, tenha fundadas suspeitas de que tenha
ocorrido algum ilícito criminal de falsas declarações, pondere a apresentação de tais
factos a órgão de polícia criminal e/ou autoridade judiciária
Solicite Parecer à Exma. Sra. Provedora de Justiça sobre se perante fundadas
dúvidas de que cidadã ou cidadão estrangeira detenham a qualidade de residente legal
– nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/2007 – pode a Junta de Freguesia decidir
pela não emissão de atestado de residência quando, não obstante, se encontrem
preenchidos os requisitos previstos no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 135/99
29 de abril de 2024
A eleita pelo PAN (Patrícia Mariano)
Pessoas – Animais – Natureza
Assembleia de Freguesia de Arroios"

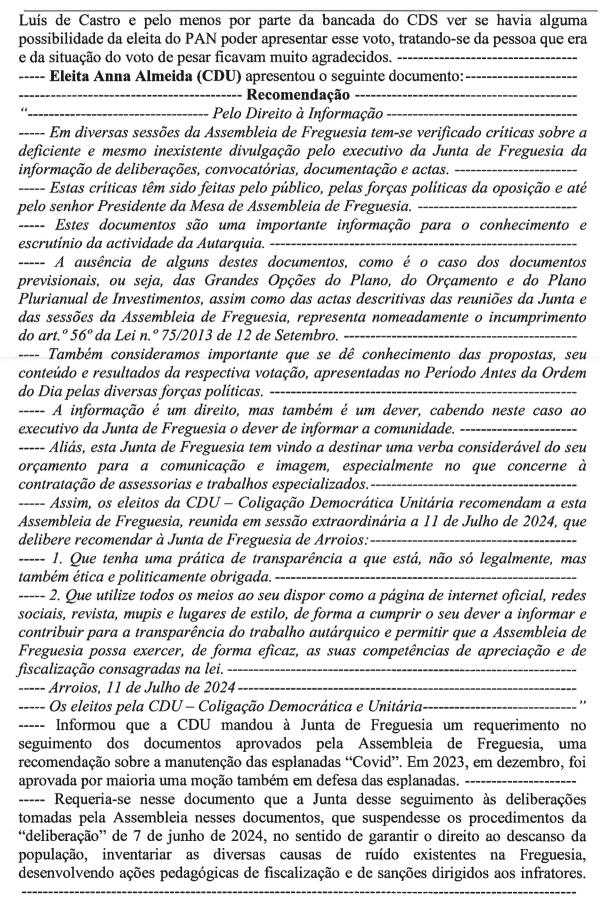




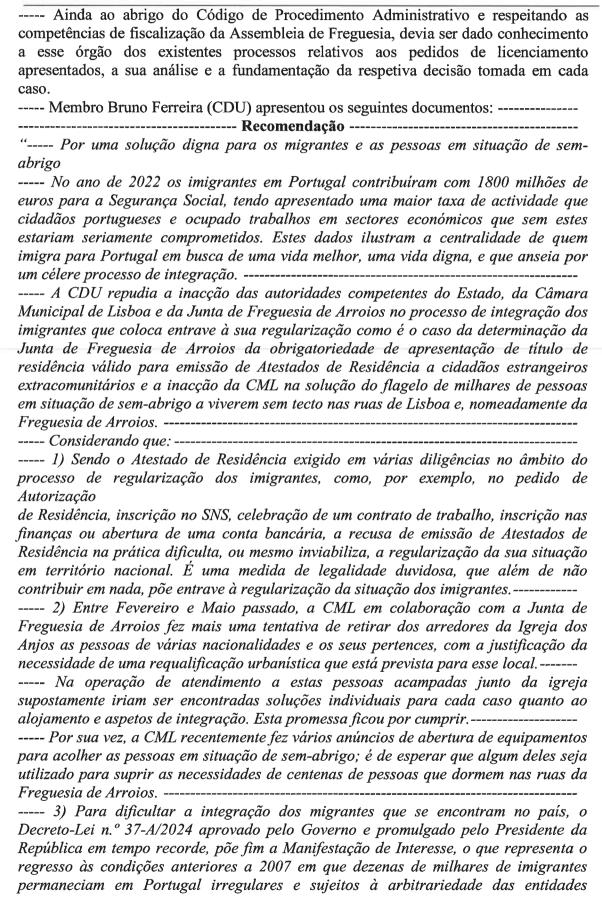


adequada. Acrescento ainda que, segundo fregueses preocupados no local, desde
janeiro já morreram 37 animais à fome, doentes ou atacados por cães
É fundamental que a freguesia não se demita da sua responsabilidade em relação
aos seus animais e, por isso, a eleita do PAN em Arroios apresenta este voto de
protesto. Dado o exposto, proponho que a Assembleia de Freguesia de Arroios
delibere:
1. Protestar contra a falta de apoio dada às cuidadoras e cuidadores de colónias
de felinos da freguesia;
2. Protestar contra a falta de articulação com a Casa dos Animais de Lisboa e consequente implementação do programa CED;
3. Protestar contra o protocolo com a associação Animais de Rua e a falta de
trabalho e relatórios apresentados;
4. Protestar contra a falta de ação na construção de abrigos dignos para as
colónias de felinos da freguesia;
5. Protestar contra a falta de manutenção, limpeza e alimentação dos pombais contraceptivos da freguesia;
6. Protestar contra a ingerência e falta de cuidado com as aves que se encontram no jardim Campo Mártires da Pátria;
A eleita pelo PAN (Patrícia Mariano)
A etetta peto FAN (Fairicia Martano) Pessoas – Animais – Natureza
Assembleia de Freguesia de Arroios, Abril 2024"
Recomendação
"Animais Campo Mártires da Pátria
Têm sido feitas várias denuncias ao PAN Lisboa em relação aos animais do
$C_{} = M_{}^{\prime} + i_{} = I_{} D_{}^{\prime} + i_{} = C_{} = I_{} $
Campo Mártires da Pátria. Foram-nos reportadas inúmeras situações alarmantes, que
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água.
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água
vão desde a falta de regularidade na alimentação dos animais, à falta de alimentação para as crias (dos patos e das galinhas), a casos de doença, várias mortes e também falta de água











empregadoras sem escrúpulos e das máfias. Esta decisão deixa de fora os migrantes que se encontram em Portugal, a trabalhar e a descontar para a Segurança Social, na espectativa de obter o título de residência através do processo de Manifestação de Interesse, fechando portas àqueles de que o país precisa. --------- A rapidez da adopção do decreto contrasta com a lentidão na tomada de medidas de reforço da AIMA, com recursos humanos e técnicos, para desbloquear os milhares de processos pendentes durante meses e anos, conceder os títulos de residência e proceder às normais renovações. Da mesma maneira faltam medidas concretas de reforço dos meios da Autoridade para as Condições de Trabalho. Enquanto em Portugal houver oferta de trabalho, imigrantes chegarão aos milhares todos os anos sem condições para se regularizarem, sujeitos aos ditames das máfias e de patrões sem escrúpulos. O pacote legislativo do governo não responde às necessidades da economia. Portugal precisa de dezenas de milhares de trabalhadores, qualificados ou não, na hotelaria, na área de tecnologia, na restauração, na agricultura, na saúde, no ensino, na construção civil, nas limpezas, nos cuidados e em muitos outros sectores. ------- Com o fim de Manifestação de Interesse, os empresários terão dificuldades acrescidas em conseguir regularizar a mão-de-obra de que precisam. A economia portuguesa será prejudicada e só o trabalho clandestino, com menos direitos e mais exploração laboral e a economia paralela irão prosperar. --------- Assim, a CDU – Coligação Democrática Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 27 de Junho de 2024, que delibere: ---------- Recomendar à Junta de Freguesia de Arroios: ---------- 1. Que envide todos esforços, em colaboração com as entidades competentes e a Câmara Municipal de Lisboa, para encontrar uma solução digna para todas as pessoas em situação de sem-abrigo na Freguesia de Arroios, nomeadamente as instaladas junto da Igreja dos Anjos.--------- 2. Que reveja a sua posição em relação à emissão dos Atestados de Residência. ------ Arroios, 27 de Junho de 2024 --------- Os eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária-----" ------Recomendação ------"---- Celebração do Dia Internacional do Brincar e promoção da Brincar Livre--------- No passado dia 11 de Junho celebrou-se o primeiro Dia Internacional de Sensibilização para o Brincar, estabelecido pela Resolução de 25 de Março de 2024 da Assembleia Geral das Nações Unidas.--------- O "Brincar", enquanto actividade natural e central na vida das crianças, é reconhecido como um direito consagrado na Declaração Universal dos Direitos da Criança desde 1959 e na Adopção pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção dos Direitos das Crianças em 1989, que prevê no seu artigo 31.º o "direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística", e respeita e promove "(...) o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu beneficio, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade."--------- Mais ainda, o tempo para Brincar de forma livre e não estruturado por motivações e necessidades estabelecidas pelos adultos, tem vantagens significativas e inestimáveis para o desenvolvimento harmonioso das crianças, estando associado a trajectórias que conduzem a uma maior capacidade de adaptação, de auto-determinação e confiança,

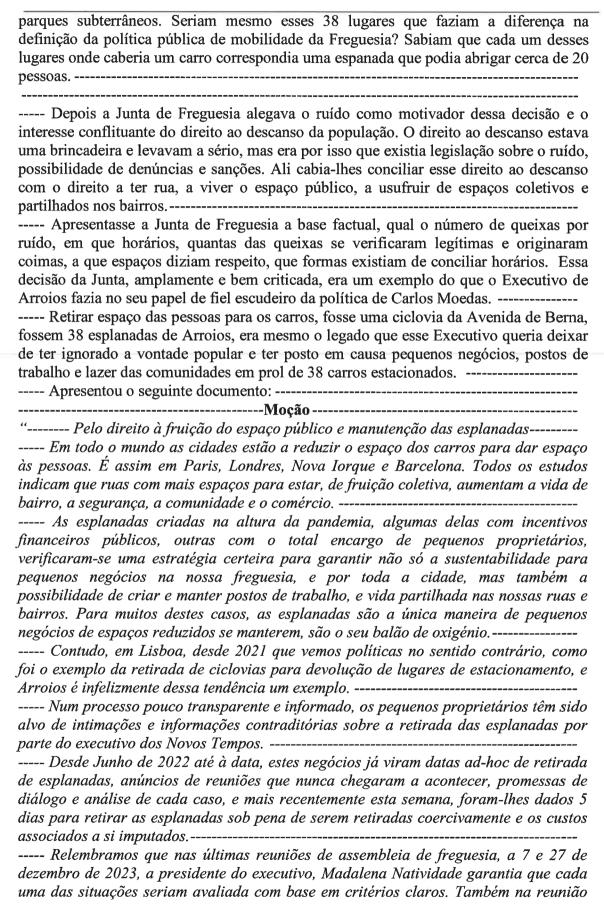


regulação emocional e comportamental, desenvolvimento simbólico e compreensão do mundo das relações, de competências motoras, cognitivas, sociais e culturais, constituindo-se como factor protector da saúde física e mental. --------- A adopção do Dia Internacional do Brincar, além da importância que tem para a promoção de medidas e políticas conducentes à concretização de condições que protejam e promovam o Brincar no quotidiano de todas as crianças, em condições de plena igualdade, deve também servir, na opinião da CDU, para alertar para a necessidade urgente de combater as escolhas políticas que, indo em sentido inverso, promovem e facilitam os horários desregulados, impõem ritmos de trabalho intensos, facilitam a precariedade dos vínculos laborais e os baixos salários, entre outros factores, que se encontram directa e indirectamente associados às dificuldades que as famílias e os pais sentem em articulação da vida profissional, pessoal e familiar e no desempenho das funções parentais e maternais, empurrando as crianças para longas horas em instituições escolares, ou em actividades extra-curriculares, nem sempre enriquecedoras, que visam ocupar as crianças enquanto os pais estão ocupados pelo trabalho. --------- Neste sentido, e face à realidade portuguesa e da Freguesia de Arroios, esta saudação e a celebração deste dia deve igualmente não ser apenas um pronunciamento de intenções vagas, mas sim corresponder a acções concretas que visem alertar para a necessidade de se criarem condições materiais e humanas, das quais claramente a gestão do território e do espaço público não podem ser dissociadas, para que as crianças brinquem livremente, com regularidade e em tempos que não se limitem aos pequenos intervalos entre aulas.-------- Assim, a CDU - Coligação Democrática Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão extraordinária de 11 de Julho de 2024, que delibere sobre as seguintes recomendações à Junta de freguesia de Arroios: ---------- 1. Que institua a prática de celebrar o Dia Internacional de Sensibilização para o Brincar em 11 de Junho de cada ano, desenvolvendo iniciativas que promovam e divulguem o Brincar, e a importância do tempo para a brincadeira livre, no dia-a-dia das criancas:--------- 2. Que implemente diligências para o envolvimento activo na criação e fruição das iniciativas que vierem a realizar-se, da comunidade da Freguesia de Arroios, nomeadamente as famílias e crianças, associações desportivas e culturais, instituições escolares e outras a operar no âmbito das crianças e jovens; ---------- 3. Que estude, divulgue e implemente boas práticas e experiências de diversos agrupamentos e municípios na valorização dos espaços públicos e naturais, exteriores às escolas, adequados à promoção das actividades de Brincadeira livre; ---------- 4. Que promova junto das escolas orientações com vista à fruição plena dos recreios com espaços e tempo de brincadeira, jogo lúdico e socialização espontânea e informal entre pares. --------- 5. Que defina metas e incentive junto das instituições escolares recreios e tempos extra-curriculares livres de equipamentos e estímulos digitais ou de actividades formais e estruturadas, com o objectivo de desenvolver aptidões e competências complementares aos currículos escolares. --------- 6. Que se envolva activamente junto das instituições responsáveis, na monitorização, avaliação, e identificação de necessidades (ex. equipamentos, meios humanos, formação qualificada, etc.) e no criar de condições para que as crianças brinquem livremente nos recreios e espaços exteriores das creches e escolas, bem como

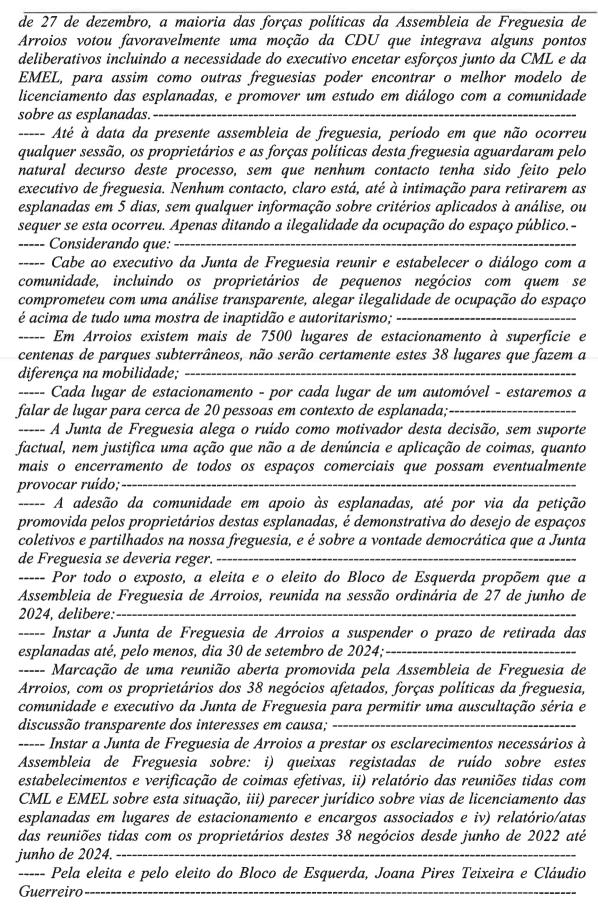


para a necessidade de garantir às crianças o direito ao acesso ao espaço público e à natureza com autonomia e segurança; ---------- 7. Oue nas iniciativas promovidas e nos equipamentos instalados tenha em consideração as crianças com deficiência, permitindo que todas as crianças brinquem em conjunto, combatendo assim a discriminação e promovendo a inclusão:--------- 8. Que procure estabelecer protocolos com as Universidades e unidades de investigação especializadas, no sentido de estabelecer parcerias que visem a avaliação dos processos a implementar e a consultoria técnica na sua realização. ---------- Arroios, 11 de Julho de 2024 --------- Os eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária-----" ---- Eleita Ana Mirra (CDU) disse que queria só saudar os trabalhadores da higiene urbana da Junta. Seria apenas por falta de vontade política que as reivindicações dos trabalhadores não seriam ouvidas e cumpridas. ---------- De adiamento a adiamento de reuniões, depois inclusivamente dos trabalhadores terem apresentado um abaixo-assinado com as suas reivindicações, expunha-se a falta de respeito inclusivamente por quem era a base da saúde pública. ------------- Gostavam de ouvir da boca do responsável da higiene urbana, desse pelouro, da boca do Senhor João o que tinha a dizer sobre o declínio da higiene urbana na Freguesia, sendo um dos maiores cancros dessa Freguesia. --------- Relembrou que democraticamente o Senhor Presidente da Mesa deu voz a todos quantos quiseram falar ou defender-se na última reunião, tal como se exigia em democracia. Todos tiveram espaço para falar e o Senhor não quis, era uma posição política, mas gostavam de ouvir da sua boca o que teria para dizer. ----------- Membro José Torres (BE) disse que ia em sentido contrário ao seu colega da Iniciativa Liberal, cabendo-lhe agradecer a participação de todas as pessoas na semana passada e na presente sessão por ali irem exercer o seu direito de contribuir cívica e politicamente para a discussão da vida comum em Arroios. --------- Ia ali falar em nome do Bloco de Esquerda e queria começar por analisar a resposta do Presidente do Executivo, que ia supostamente repor a verdade da discussão. Andavam nessa discussão há dois anos e queria relembrar alguns pontos.--------- Nas últimas reuniões de Assembleia de Freguesia, a Presidente do Executivo, Madalena Natividade, garantia que cada uma das situações seria avaliada com base em critérios claros e conciliadores de interesses conflituantes. Também na reunião de 27 de dezembro a maioria das forças políticas da Assembleia de Freguesia de Arroios votou favoravelmente uma moção da CDU que integrava alguns pontos deliberativos, incluindo a necessidade do Executivo encetar esforços junto da CML e da EMEL para encontrar o melhor modelo de licenciamento das esplanadas e promover um estudo sobre as esplanadas em diálogo com a comunidade. Do que resultou esse processo, se era que houve algum processo, nada sabiam, mas o Executivo dos "Novos Tempos" decidiu intimar os proprietários desses negócios para retirarem as esplanadas. --------- O Executivo alegava nesse oficio que existia ocupação ilegal do espaço público. Pior ainda, quando sabiam que não houve qualquer contacto e sim, cabia ao Executivo da Junta de Freguesia reunir e estabelecer o diálogo com a comunidade, incluindo os proprietários dos pequenos negócios com quem se comprometeu com uma análise transparente.--------- Alegaram em tempos e agora também que a ocupação era indevida porque colocava em causa o plano de mobilidade, lessem estacionamento de automóveis. Ora, em Arroios existiam mais de 7500 lugares de estacionamento à superfície e centenas de

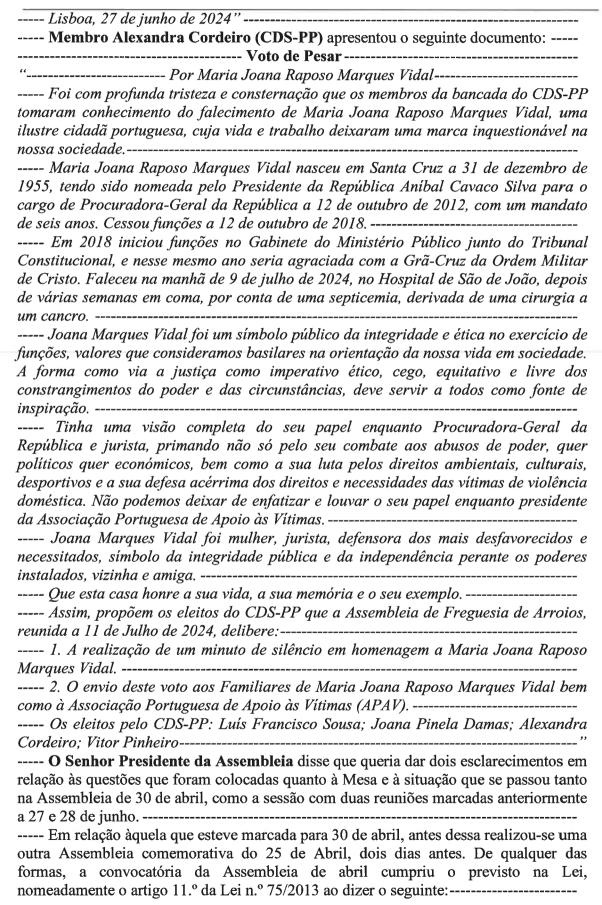




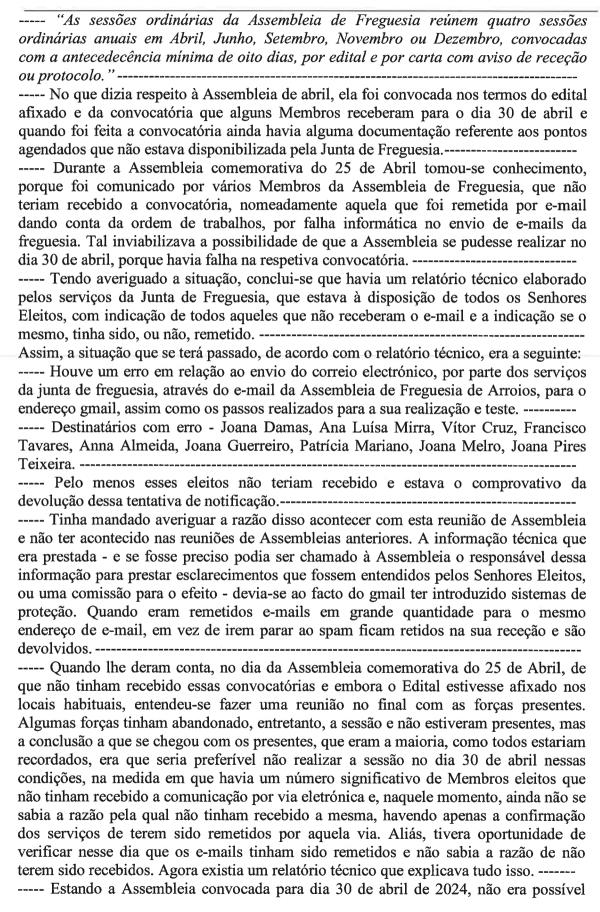








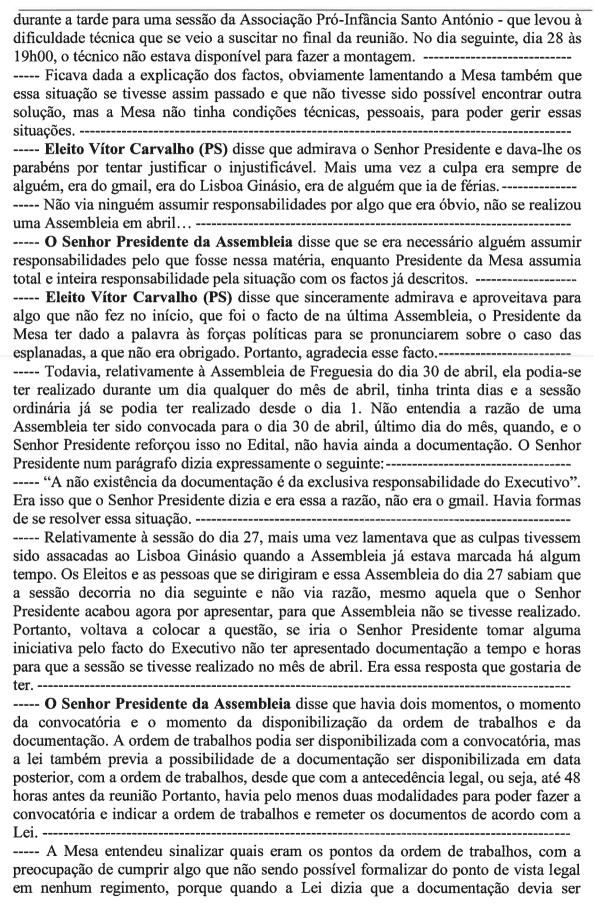






realizar em qualquer outro dia do mês de abril, razão pela qual, perante esta situação, a Assembleia de abril não se pôde realizar. Perante esta circunstância, só, já, durante o mês de maio é que foi possível perceber o que se passava, porquanto demorou alguns dias a perceber a situação e estar disponível o relatório técnico com a explicação da situação. De facto, o relatório só chegou, já, durante o mês de maio e teve que se ter o cuidado de resolver duas coisas: Primeiro, algumas das propostas apresentadas tinham que ser reformuladas, porquanto já não se trata de propostas para serem aprovadas, mas sim, dado o tempo decorrido, eram propostas para serem ratificadas. Havia, ainda, um conjunto de trabalho a ser preparado para a convocatória seguinte conforme veio a ser feito para se poder realizar esta sessão. ----------- A sessão seguinte, que foi convocada, tinha toda a ordem de trabalhos que deveria ter sido tratada na reunião de 30 de abril, que só não foi realizada pela impossibilidade já relatada e, porque não o sendo a 30 de abril já não havia mais nenhum dia para a poder realizar, nem cumprir, formalmente, os prazos de convocatória ---------- Lamentava-se esse facto em relação à sessão do dia 30 de abril, mas as razões eram de ordem técnica e tal extrapolava a possibilidade de intervenção da Mesa e. obviamente, também dos funcionários que lhe davam apoio. --------- Queria, ainda, nesse particular deixar uma palavra de agradecimento não só aos Membros que davam apoio à Mesa e à Assembleia pela diligência e a capacidade que tiveram em não só produzir o relatório técnico que explicou a situação, como conseguir junto do gmail a indicação para que isso não voltasse a acontecer. ---------- Portanto, presumia que todos teriam agora recebido, por gmail, já sem qualquer limitação. Já que, de acordo com os serviços técnicos, tendo sido afastada essa limitação que o gmail impunha, quando havia envio em massa desses e-mails, a situação estaria resolvida. -----Isto em relação à sessão do dia 30 de abril de 2024, ---------- Um esclarecimento, também, quanto à questão que foi suscitada, e bem, em relação aos dias 27 e 28 de junho de 2024, datas que estavam designadas para a possibilidade da realização da sessão em dois dias seguidos. Verificou-se, entretanto, no dia 27 de junho, da impossibilidade, por razões técnicas, de no dia 28 junho poder ocorrer a segunda reunião dessa sessão. --------- De acordo com a documentação que também tinha ali e que estaria disponível para consulta, o Lisboa Ginásio Clube, quando consultado para a realização da Assembleia de Freguesia de 27 e 28, disse que estava totalmente disponível essa sala. Posteriormente, veio informar o seguinte:--------- "Por lapso da minha parte, quando confirmei a disponibilidade do auditório para os dias 27 e 28 não verifiquei que já tínhamos um compromisso com a Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa para o auditório entre as 16h30 e as 19h00. Se tiverem a disponibilidade técnica para a montagem da sala entre as 19h00 e as 21h00 estará disponível o auditório. Se, resolverem alterar o dia 28 para outra data estaremos disponíveis como sempre." ---------- Isso queria dizer que quando se marcou para o dia 27 e 28, mesmo havendo uma limitação técnica que era a presença de um dos funcionários que tinha marcado o seu direito, enquanto trabalhador, ao gozo de um dia de férias, não poder estar no dia 28, a situação estaria assegurada porque o equipamento ficaria montado de um dia para o outro. --------- Foi essa alteração de ter que se retirar o equipamento no final da sessão de dia 27 e eventualmente ter que montá-lo de novo no dia 28 - por causa da cedência da sala

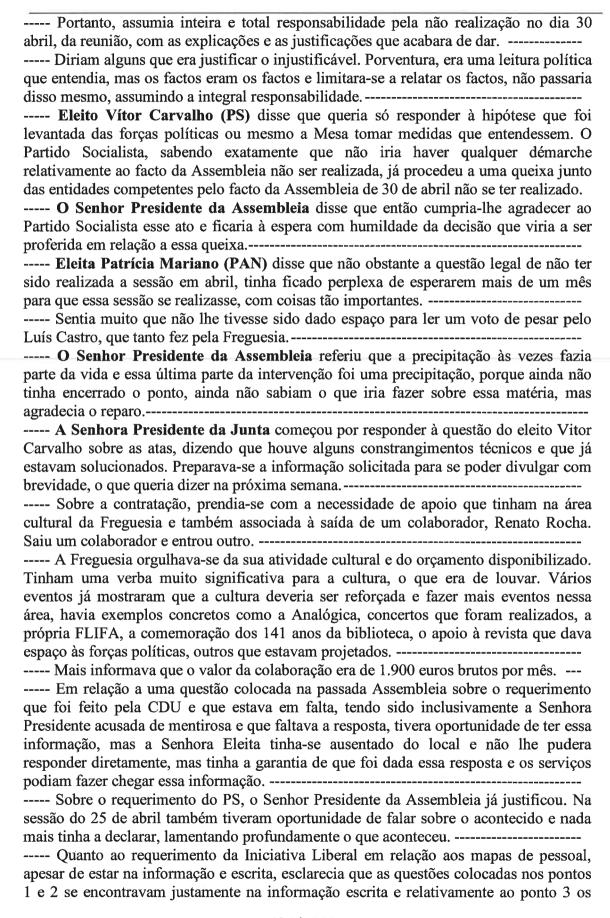






apresentada com 48 horas de antecedência, não estava esquecido do compromisso que assumira com os eleitos de, em relação a determinado tipo de documentos, ser sempre disponibilizado com cinco dias de antecedência. A saber, as contas de exercício e o Orçamento. Essa documentação foi, efetivamente, distribuída de forma atempada.--------- No dia da Assembleia, pensava que faltavam só os documentos num dos pontos, como na presente sessão, que ainda só faltava também documentação referente a um dos pontos. Portanto, em condições normais a Assembleia podia ter decorrido, tratando desses pontos em que havia a documentação distribuída. ----------- Perguntariam por que não tinha convocado mais cedo, mas a Lei também não o obrigava a convocar a dia 1, podia ser a dia 30 e desde que as coisas decorressem com normalidade, a reunião ter-se-ia realizado no dia 30 desde que tecnicamente tudo tivesse decorrido com normalidade. ----------- O que aconteceu e que tinha relatado, era um fato, concreto, que ultrapassava a capacidade de operacionalidade deste órgão. Foi uma razão de ordem técnica, existia um relatório que estaria disponível para consulta e até podia ser fornecida cópia, se os eleitos assim pretendessem, para melhor certificarem a situação. Foi isso que fez com que a Assembleia não se realizasse, na data, não foi o facto de não estar a documentação disponível.--------- Se a documentação estivesse disponível no dia 1 ou 2 de abril a convocatória podia ter acontecido mais cedo, porventura sim, mas também podia não acontecer. Imaginassem que não estava no País, ou que não tinha condições de poder convocar para mais cedo. Podia ter acontecido a mesma coisa. Portanto, nessa questão da data, não ia passar responsabilidades para o Executivo pela data que tinha escolhido, mas assumia que ao fazer a convocatória a documentação ainda não estava toda disponível e no próprio dia havia documentação ainda em falta.--------- Dito isso, ao verificarem que havia muitos Eleitos que não tinham recebido a respetiva convocatória, entendera por bem que não era possível estar-se a realizar uma Assembleia sob protesto. Podia dizer que o edital estava afixado, a documentação fora remetida e que depois apurar-se-ia a razão de a mesma não ter chegado aos eleitos. Mas, entendera acatar aquilo que foi a posição assumida pela generalidade das forças políticas, incluindo-se a si próprio, de que quando não estavam reunidas a totalidade das condições ela não se devia realizar e ser suspensa, por ser esse o sentimento maioritário da Assembleia e enquanto Presidente desta tinha respeitado tal decisão. Portanto, a razão de não realizar a sessão em abril estava ali perfeitamente escalpelizada e esclarecida. ----------- Sobre as consequências da não realização da Assembleia no dia 30 de abril, em boa verdade, do ponto de vista da existência do relatório técnico e dos fundamentos da não realização, não via qualquer questão de ordem legal sancionatória pela sua não realização. De qualquer forma, estava totalmente disponível e aberto a todas as démarches que fossem suscitadas pelos Membros da Assembleia, para que fossem desencadeados os procedimentos todos que entendessem.---------- Mais, que se a Assembleia entendesse, em qualquer momento, que a condução dos trabalhos que tem vindo a fazer, nomeadamente a decisão de suspender a Assembleia de dia 30 de abril de 2024 - que foi a unanimidade de todos os Membros que se encontravam presentes na reunião que se realizou no final da sessão comemorativa do 25 de Abril, bem sabendo que alguns já lá não estavam, porque a tinham abandonado anteriormente - estaria disponível para pôr imediatamente o seu lugar à disposição e convocar eleições para a Mesa. ------

RUBRICA:



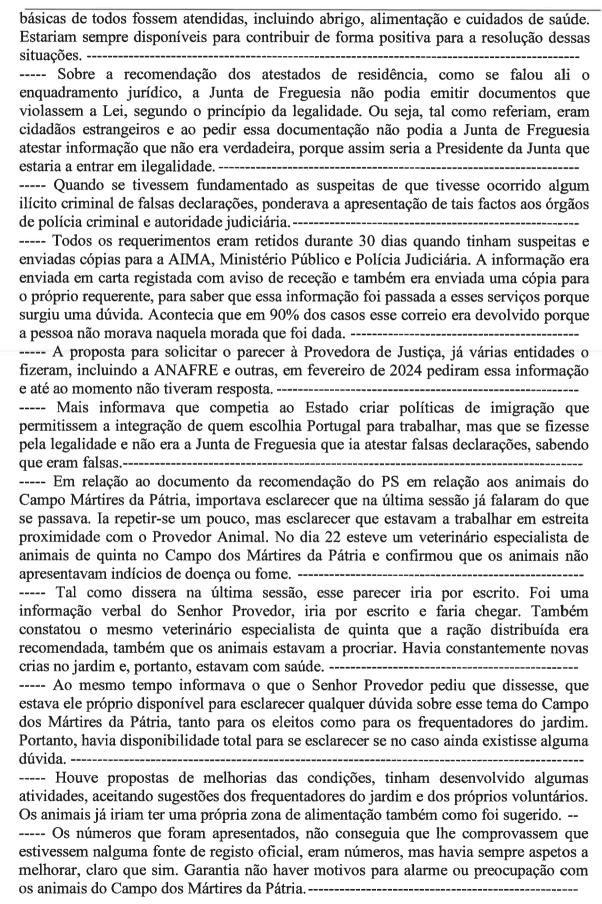


valores questionados encontravam-se refletidos nos mapas contabilísticos remetidos aos Membros da Assembleia. Portanto, essa informação conseguia ser esclarecida na informação escrita. --------- Tinha também um pedido de informação da Iniciativa Liberal e, sem prejuízo sobre essa questão, salientava que na alínea a) não existia nenhuma entidade que concentrasse essa informação. Havia uma base em que essas situações eram sinalizadas, mas nada havia que definisse essa situação somente pelo fator segurança, que se pudesse fazer algo, mas não havia nada que definisse a questão da sobrelotação que estava ali referida. ---- No entanto, a Junta de Freguesia sempre que eram sinalizadas as situações, tanto por fregueses como por entidades, fazia chegar as mesmas a Câmara e à PSP e mais recentemente começaram a enviar as cartas aos proprietários alertando para essas situações de sobrelotação e para os problemas que podiam advir.--------- Sobre a questão dos silos de estacionamento, tinham também essa preocupação. Segundo a EMEL, tinham informação que havia 7957 lugares de estacionamento disponíveis e 11840 dísticos emitidos. Em parceria com a Câmara Municipal e com a EMEL tinham sido identificadas algumas soluções, ----------- Havia conhecimento de que a EMEL lançou um concurso para projeto do parque de estacionamento para cerca de 170 lugares na Rua da Bombarda. Seria mais uma zona da Freguesia com 170 lugares para estacionamento.--------- Paralelamente, iriam no âmbito dos contratos de delegação de competências melhorar o parque de estacionamento no mercado 31 de Janeiro, de modo a criar possibilidade de estacionamento nocturno para residentes. Para mitigar a situação de falta de estacionamento, já no final do ano passado oito ruas da Freguesia passaram a ter estacionamento exclusivo para residentes durante o período nocturno,---------- Na alínea b), a questão dos guardas nocturnos, de acordo com as informações que dispunham da parte da Câmara Municipal de Lisboa, já foi enviado a toda a informação para o Governo anterior e que o actual estava a analisar, aguardando que o processo fosse finalizado brevemente. ---- Sobre a alínea d) informava que as ciclovias da Almirante Reis e do Saldanha estavam incluídas num plano específico e que seria apresentado com grande brevidade, talvez até ao final do verão.---------- Em relação à questão levantada pelo Bloco de Esquerda sobre esplanadas, no seguimento da moção apresentada mais uma vez reforçava que o estacionamento não era o motivo que se colocava e por isso passava a explicar mais uma vez e repetir quantas vezes fossem necessárias para que entendessem, que durante os anos da pandemia foram impostas restrições às atividades profissionais, económicas, sociais, políticas, desportivas e lúdicas por motivos de saúde pública. --------- A Câmara Municipal de Lisboa autorizou inicialmente a instalação de 61 esplanadas temporárias e gratuitas para atenuar o impacto na restauração e no turismo. Na Freguesia tinham 358 esplanadas e dessas 61, não eram 38 como foi ali referido, eram sim 29 que estavam por regularizar. Em 2022, sensível ao argumento dos operadores de que o impacto económico ainda se fazia sentir, a Freguesia prorrogou a utilização das esplanadas temporárias e gratuitas até 2023. --------- Esse foi um dos períodos mais longos atribuídos na zona de Lisboa, mas em relação à notificação para a remoção, esse assunto não foi uma surpresa para os proprietários, pois em outubro de 2023 foram notificados e em janeiro de 2024 foram enviadas novamente cartas. --------- Sobre a decisão da Junta de Freguesia, que era baseada no âmbito da exceção

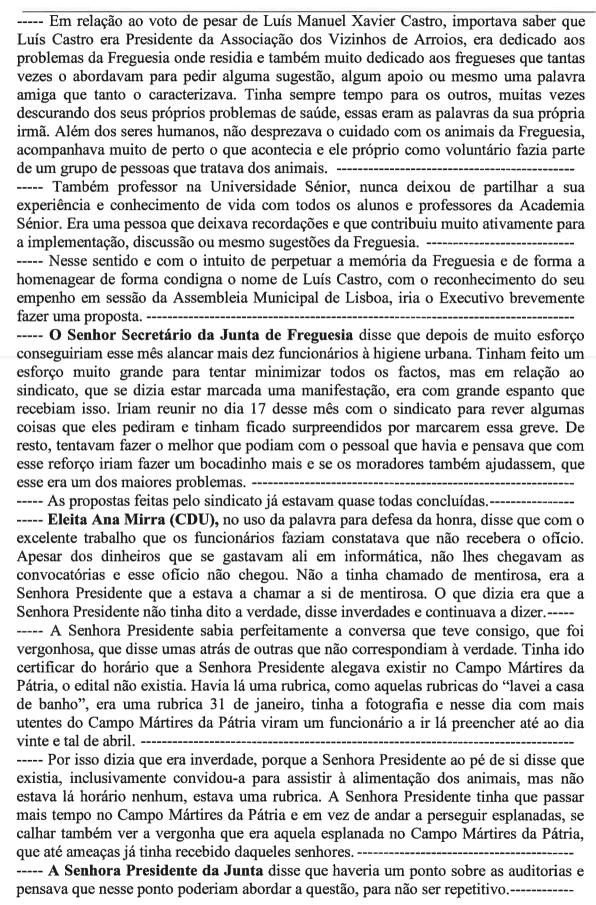


extraordinária Covid, decidiu o Executivo pela remoção das esplanadas cuja autorização foi concedida e foi estabelecido sempre que seria uma situação temporária. Portanto, essa decisão tratava-se de repor a legalidade, considerando o fim da situação que permitiu essas esplanadas. ---------- Contudo, nesse momento as 29 esplanadas que estavam em situação irregular tinham feito o pedido para a audição prévia, que era obrigatório por Lei. Tinham que fazer também essa audição prévia e seriam analisadas e seriam os próprios que tinham acesso aos processos e verificar-se-iam quais eram os processos que tinham multas, que tinham queixas e tudo mais. Mas os proprietários também tinham conhecimento, porque podiam consultar os seus próprios processos das esplanadas. Portanto, essa era a situação em relação à questão das esplanadas.-------- Podia resumir, tinham cerca de 360 esplanadas em espaço público, o que totalizava 3100 metros quadrados de utilização de espaço público. Durante o período de Covid foram atribuídas 61 esplanadas em Arrojos a título excecional e temporário. Atualmente estavam a falar de 29 esplanadas nessa situação. Os comerciantes foram avisados em 2022 e a presente notificação feita em junho permitia aos proprietários, tal como a Lei permitia, serem ouvidos em audição prévia. Outras Juntas de Freguesia na Cidade de Lisboa já fizeram a desmantelação das esplanadas Covid.--------- Ficava a proposta para a audição prévia e seriam ouvidos, até porque havia elementos na sala que estiveram na última sessão também e que durante a semana tiveram oportunidade de dizer que não se identificaram com o movimento ou a ação promovida por um grupo ali. Tinham tido a disponibilidade para falar com os comerciantes, para esclarecer, para perceber que havia algumas falhas de comunicação, mas havia ali pessoas que o fizeram durante a semana e que puderam reportar a sua preocupação. Contudo, tinham direito a audição prévia, podiam fazê-lo e podiam expor a situação. Era só para contrariar a ideia de não haver oportunidade de colocar a questão, havia quem tivesse feito e sem problema nenhum.---------- Em relação à recomendação da CDU sobre os imigrantes e pessoas em situação de sem-abrigo, a resolução da problemática dos imigrantes em situação de sem-abrigo, a resolução da problemática dependia fundamentalmente da atuação da AIMA e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Essas entidades tinham um papel crucial na coordenação e implementação das medidas necessárias para abordar as questões dos imigrantes e das pessoas em situação de sem-abrigo. Estavam em estreita colaboração com todas as entidades que trabalhavam diretamente no terreno e essa cooperação era essencial para garantir uma abordagem integrada e eficaz, aproveitando os recursos e conhecimentos de cada entidade envolvida. --------- Tinham participado ativamente em todas as acções realizadas pelas entidades competentes, participação que incluiu não só a presença em reuniões e eventos, mas também a contribuição prática para a implementação de medidas discutidas. Infelizmente a situação das pessoas chegou a um ponto crítico, como todos sabiam. Reconheciam os problemas enfrentados tanto pelos imigrantes quanto pelas pessoas em situação de sem-abrigo e tinham esperança que o novo Governo fosse mais expedito na resolução das problemáticas mencionadas. Acreditavam que uma abordagem mais rápida e decisiva era essencial para enfrentar essas questões de forma eficaz. --------- Nesse sentido, congratulavam pela possibilidade de se encontrar um local para albergar os imigrantes e pessoas em situação de sem-abrigo que se encontravam a viver nas ruas de Arroios. Era fundamental que as pessoas pudessem viver em condições dignas de um ser humano e estavam comprometidos em garantir que as necessidades

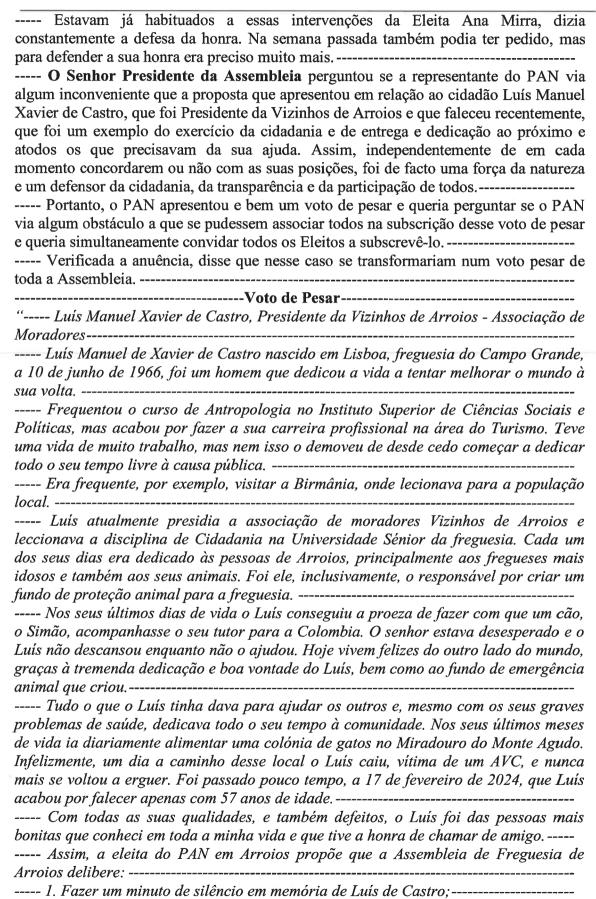




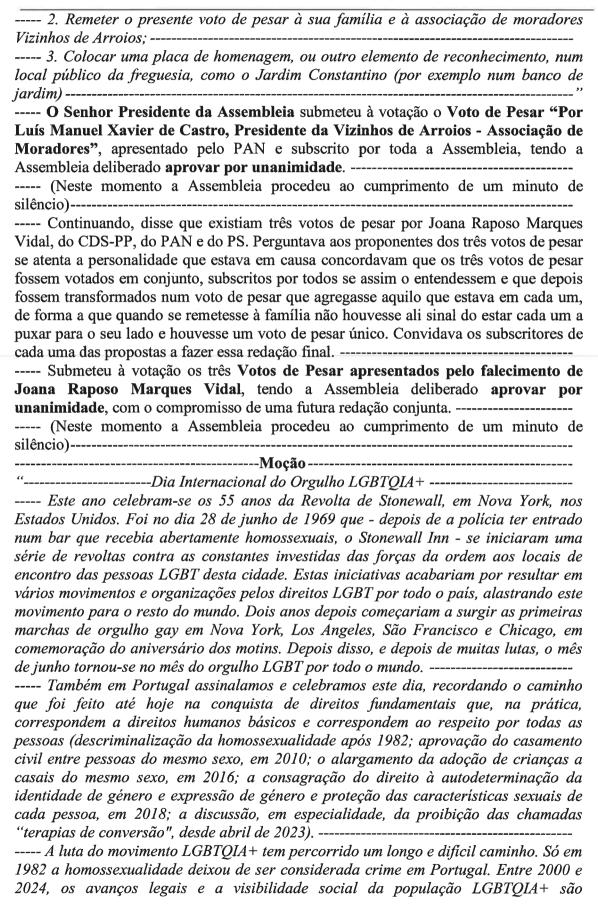








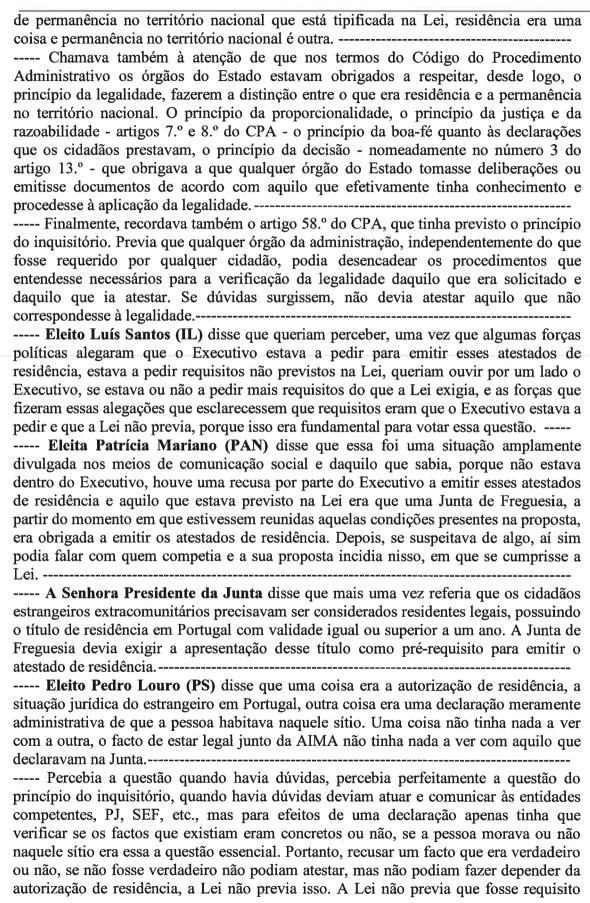






impressionantes, mesmo reconhecendo o tanto que há para fazer. A LGBTQfobia e as suas múltiplas formas de violência continuam a marcar o quotidiano de milhares de pessoas, em particular numa nova onda internacional de ódio conservador. ---------- Lembramos igualmente que em Portugal, o bullying homofóbico e transfóbico ainda é uma realidade, nas escolas e na sociedade; e o acesso ao trabalho, aos servicos públicos e ao usufruto do espaço público continua a ser negado e dificultado às pessoas LGBTOIA+, --------- Por exemplo, segundo o relatório da FRA 2020 - A long way to go for LGBTI equality, 57% dos casais do mesmo sexo em Portugal evitam dar a mão em público. Apesar da Comissão Europeia ter apresentado a primeira estratégia da UE para a igualdade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e queer, não devemos adiar medidas de combate contra a discriminação, medidas de proteção e segurança que possibilitem avançar na construção de uma sociedade mais inclusiva. ---------- Assim, consideramos importante que Arroios se associe à celebração desta data e seja uma freguesia onde a discriminação é combatida em todos os locais.--------- Assim, a eleita e o eleito do Bloco de Esquerda propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 27 de junho de 2024, delibere: ------ 1. Saudar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+;--------- 2. Saudar todas as pessoas a organizações que contribuem para o reforço dos Direitos Humanos de todas as minorias sexuais e de género; ---------- 3. Saudar a realização da Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa, que se realizará no próximo dia 6 de julho, todas as organizações nela envolvidas bem como todas as pessoas que irão participar na iniciativa;---------- 4. Recomendar à Junta de Freguesia de Arroios o hastear da bandeira arco-íris no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+; ---------- 5. Recomendar à Junta de Freguesia de Arroios a realização de um programa cultural com artistas LGBTQIA+ no próximo ano entre o dia 17 maio (Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia) e 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+). ---------- Pela eleita e pelo eleito do Bloco de Esquerda, Joana Pires Teixeira e Cláudio Guerreiro ------" ---- (diálogos cruzados) --------- O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação os pontos 1 e 2 da Moção "Dia Internacional do Orgulho LGBTOIA+", apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, BE e PAN), 1 voto contra (Chega) e 1 abstenção (IL)---------- Submeteu à votação os pontos 3, 4 e 5 da Moção "Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+", apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE e PAN), 1 voto contra (Chega) e 7 abstenções (PSD, CDS-PP e IL) ---------- Submeteu à votação a Moção "Pelo direito à fruição do espaço público e manutenção das esplanadas", apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE e PAN), 6 votos contra (CDS-PP, IL e Chega) e 2 abstenções (PSD) ---------- Disse que havia uma recomendação do PAN sobre a emissão dos atestados de residência a cidadãos estrangeiros e antes de votarem queria só fazer uma consideração de ordem pessoal. Pensava que todos estariam conscientes, no momento da votação dessa recomendação, que havia uma destrinça entre o estatuto da residência e o estatuto





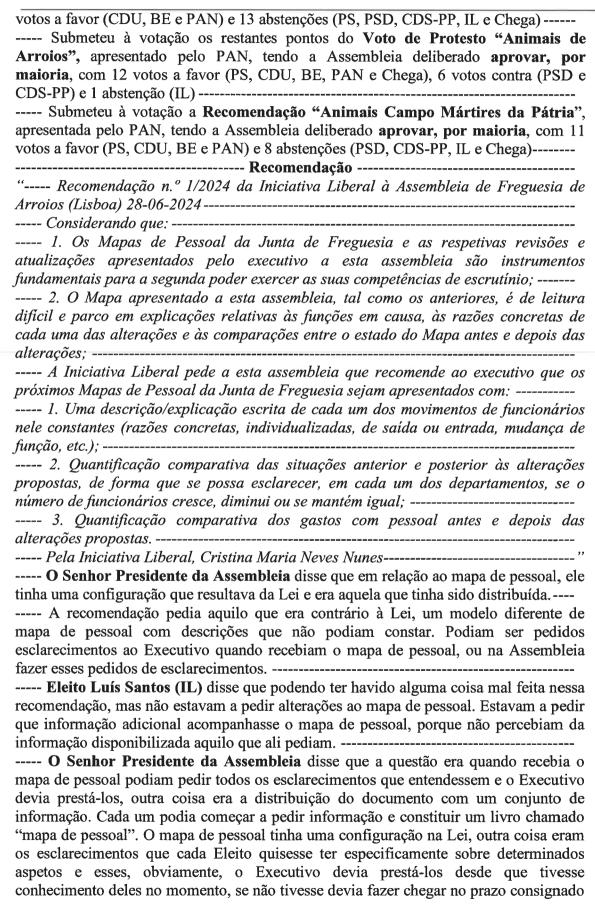


para a emissão desse documento existir a autorização de residência. ---------- Podiam ter outras considerações, mas a Lei não previa isso. A Lei previa que se existissem testemunhas ou alguém conhecesse deviam ser emitidos os documentos, ponto final parágrafo. Isso era óbvio e a Junta não podia ter uma interpretação da Lei que fosse para além da Lei, exigir documentos que a Lei não exigia. A Junta era mera intérprete da Lei e não podia exigir mais do que a Lei exigia, fosse a Junta ou qualquer servico público. ---- O Senhor Presidente da Assembleia, em intervenção a partir do púlpito, disse que nessa matéria subscrevia em parte o que foi dito pelo Eleito que o antecedeu, nada podia ser exigido para além do que a Lei previa. A Lei desde logo tipificava claramente o que era um residente e o que era um cidadão em regime de permanência no território. Quando se dizia que alguém morava num determinado local estavam a extrapolar o conceito em causa. --------- Não estava em causa, salvando melhor opinião, a emissão de um atestado de morada. O que estava em causa de facto era a emissão de um atestado de residência, o que significava que a pessoa tinha o estatuto de residente nos termos da Lei. A Lei tipificava claramente quais eram as situações em que tinha estatuto de residência. Os cidadãos comunitários que podiam circular em todo o espaço da União Europeia pelo simples facto de ter a cidadania da União eram considerados automaticamente residentes. Havia depois situações no âmbito da reciprocidade com alguns países da CPLP, uma situação excecional de reconhecimento da residência. Havia a situação. como a Senhora Presidente referiu, dos detentores de cidadania de países terceiros.-------- Nessa matéria a Lei era muito clara ao estipular a diferença entre residente ou permanente. Quando se entrava em qualquer país estrangeiro, por exemplo para ir de férias aos Estados Unidos, podiam estar a "morar" durante um mês numa determinada morada e não eram residentes, tinham morada naquele local, mas não estavam em permanência naquele território. Era precisamente a questão que ali se levantava. ---------- Percebia quando as pessoas iam à Lei e estabeleciam que não podia ser exigido mais do que a Lei exigia, só que a Lei não se resumia a um único acervo jurídico, não se resumia a uma única Lei. A Lei dos atestados tinha que respeitar o que estava na Lei dos estrangeiros, nomeadamente em relação às entradas, saídas e permanência no território nacional, onde estava tipificado o que era um residente e o que era um cidadão que estava temporariamente a permanecer no território. --------- Depois tinha mais, no momento em que estava a emitir um atestado o Executivo estava a praticar um ato administrativo e tinha que respeitar ou podia utilizar os preceitos consignados no Código do Procedimento Administrativo na sua versão dois, que já houve dois momentos. Aí encontravam desde logo, no artigo 3.º, o princípio da legalidade, em que nenhum órgão devia praticar nenhum ato sem respeitar o seguinte: "Os órgãos da administração pública devem actuar em obediência à Lei e ao direito". Portanto, se alguém emitisse um atestado de residência a alguém que não tinha um estatuto de residente estava a violar o princípio da legalidade.--------- Mais, os atos administrativos praticados em estado de necessidade, que não era o caso, praticados com preterição das regras estabelecidas no Código eram válidos desde que os seus resultados não conseguissem ter sido alcançados de outro modo. Não era o caso dessa situação. --------- Também no artigo 7.º, quando se falava no princípio da proporcionalidade, "As decisões da Administração que colidam com direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afetar essas posições na medida do necessário e

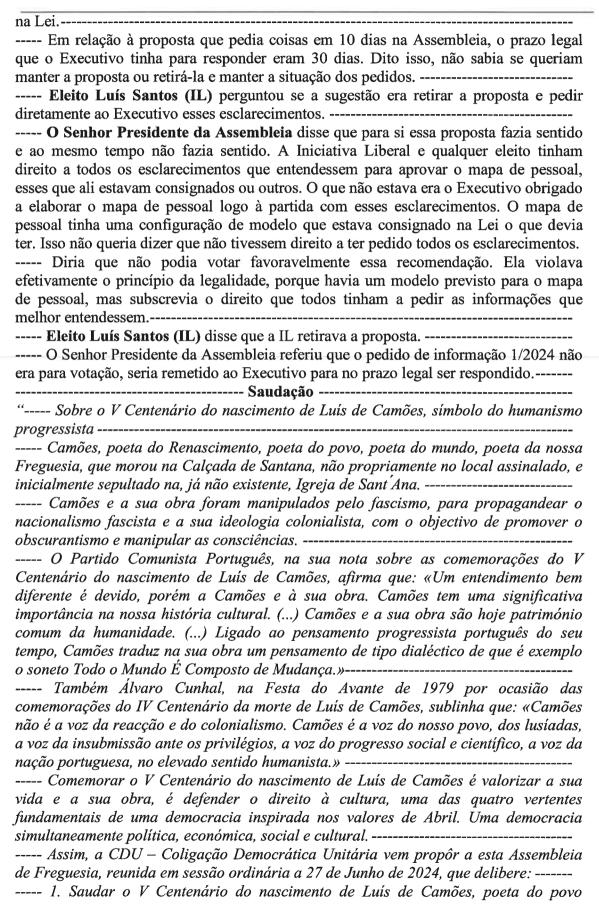


em termos proporcionais aos objetivos a realizar", ou seja, o cumprimento da Lei.--------- O mesmo se encontrava no artigo 8.º, quant ao princípio da justiça e da razoabilidade. "A Administração Pública deve tratar de forma justa todos aqueles que com ela entrem em relação, e rejeitar as soluções manifestamente desrazoáveis ou incompatíveis com a ideia de Direito". ---------- Portanto, a emissão de um atestado de residência a quem não tinha um estatuto de residente e tinha apenas autorização de permanência era a prática de um ato administrativo que violaria também o princípio da justiça e da razoabilidade previsto no artigo 8,º do Código do Procedimento Administrativo. --------- Mas não ficariam por aí, porque se fossem ao artigo 13.º, princípio da decisão. como o Executivo devia decidir sobre uma matéria que lhe era colocada nesse patamar, dizia o número 3 desse artigo 13.º o seguinte: "Os órgãos da Administração Pública podem decidir sobre coisa diferente ou mais ampla do que a pedida, quando o interesse público assim o exija". Logo, o cumprimento do princípio da legalidade era do interesse público. ---- Finalmente e para concluir chegariam ao artigo 58.º, onde as entidades públicas administrativas, como era o caso das autarquias, tinham uma especial responsabilidade no uso de uma competência que era denominada de princípio do inquisitório: "O responsável pela direção do procedimento e os outros órgãos que participem na instrução podem, mesmo que o procedimento seja instaurado por iniciativa dos interessados, proceder a quaisquer diligências que se revelem adequadas e necessárias à preparação de uma decisão legal e justa, ainda que respeitantes a matérias não mencionadas nos requerimentos ou nas respostas dos interessados". ---------- Isso fazia cair pela base, salvo melhor opinião, aquele argumento de que bastava olhar para o regulamento da emissão dos atestados, porque efetivamente o órgão da administração podia verificar se aquilo que estava a ser requerido tinha fundamento para ser emitido nos termos da Lei. Não tendo, podia recusar-se a emitir. ---------- Dito isto, voltava à questão inicial, o que era um residente ou o que era um cidadão em permanência temporária em território nacional. Um residente, se fosse cidadão comunitário, era todo aquele que ostentava uma nacionalidade do espaço da União Europeia. Até há pouco tempo os ingleses eram residentes - quando registados nessa qualidade - atualmente não eram, teriam apenas o estatuto de permanência, a não ser que lhes fosse reconhecido o estatuto de residente. Quanto aos cidadãos de países terceiros, se não ostentassem o título de residência não eram residentes e sim apenas cidadãos em permanência no território, independentemente de estarem há muito tempo legal ou ilegalmente numa determinada morada, porque podia ser permanente de acordo com o visto de permanência por seis meses, renovável por mais seis, até podia estar em regime de permanência durante três anos com sucessivas renovações de visto, mas não era residente, era permanente face ao que estava enquadrado na Lei.---------- Era só esse esclarecimento que queria deixar antes de passarem à votação. --------- Submeteu à votação a Recomendação "Pelo cumprimento do Decreto-Lei nº 135/99 de 22 de abril e o devido enquadramento de potenciais situações com relação à emissão de atestados de residência cidadã ou cidadão estrangeiros", apresentada pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE e PAN), 5 votos contra (CDS-PP e Chega) e 3 abstenções (PSD e IL)---------- Submeteu à votação o ponto 3 do Voto de Protesto "Animais de Arroios", apresentado pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 6

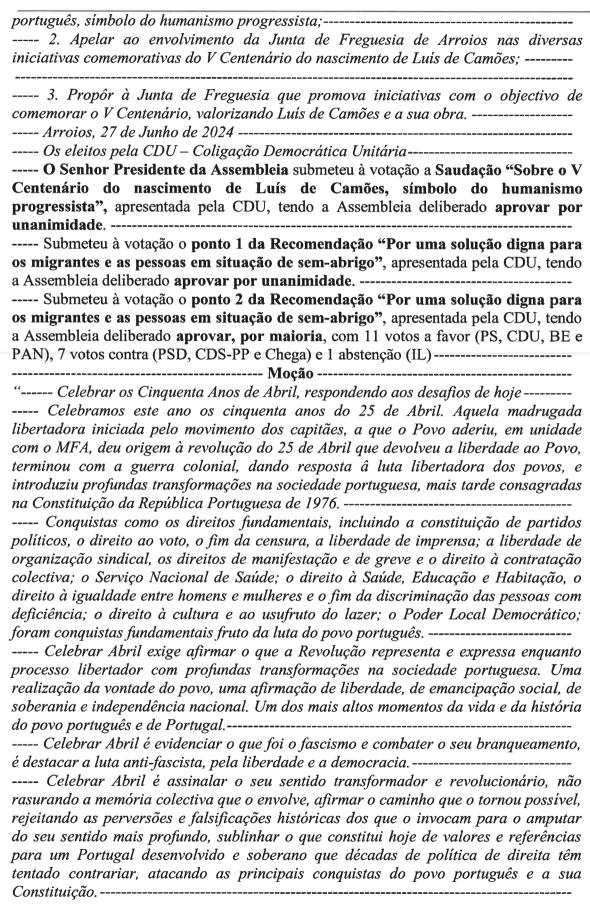








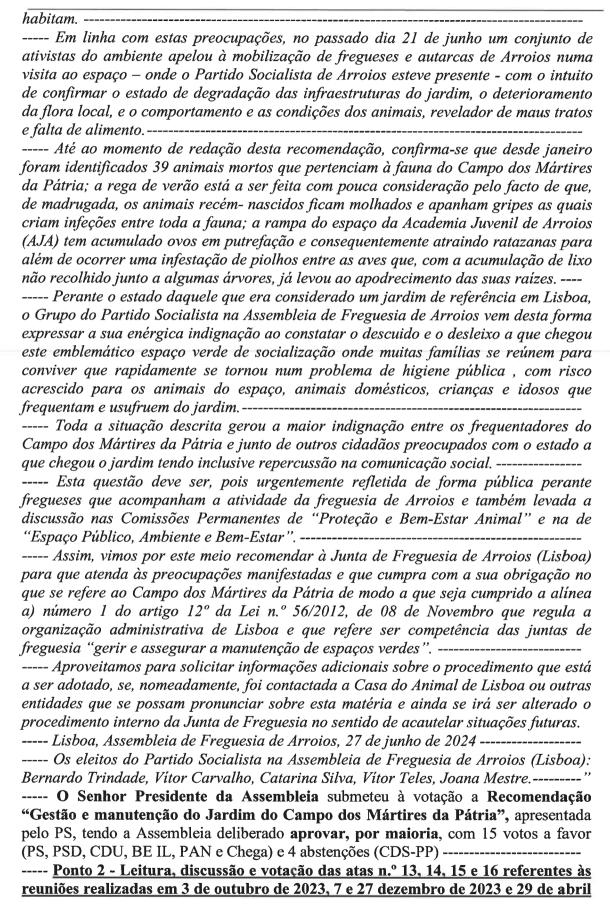






---- Celebrar Abril é não aceitar que se volte atrás. É trabalhar todos os dias pelos valores que o animam, pela mitigação das desigualdades e dedicação da causa pública para que todos possam ter uma vida melhor. É trabalhar para que todos tenham uma casa para viver, combatendo a especulação e letargia e colocando o parque patrimonial devoluto ao serviço dos habitantes da freguesia, nomeadamente os que estão em situações mais precárias. É garantir que em Arroios não se baixe os braços até que os imigrantes não estejam sujeitos a discriminações, e que não se coloquem entraves à sua regularização e integração. --------- Celebrar Abril é reafirmar que foi possível porque é fruto de uma longa resistência anti-fascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo,---------- Assim, a CDU – Coligação Democrática Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 27 de Junho de 2024, que delibere: --------- Saudar o 50° aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; --------- Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em beneficio das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local Democrático; ---------- Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas, nomeadamente que coloquem o parque patrimonial devoluto ao serviço dos fregueses, na esfera da habitação, cultural e associativa e na procura de soluções que combatam a especulação imobiliária e que ponham o término às barreiras artificiais para a obtenção de atestados de residência. ---- Arroios. 27 de Junho de 2024 --------- Os eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária-----" ---- O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a Moção "Celebrar os Cinquenta Anos de Abril, respondendo aos desafios de hoje", apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, BE e PAN) e 2 abstenções (IL e Chega) ---------- Submeteu à votação a Recomendação "Pelo Direito à Informação", apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. --------- Submeteu à votação a Recomendação "Celebração do Dia Internacional do Brincar e promoção da Brincar Livre", apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, BE e PAN) e 2 abstenções (IL e Chega)----------- Recomendação -----"----- À Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa)------ À ----- Gestão e manutenção do Jardim do Campo dos Mártires da Pátria -------- Ao longo do mandato 2021-2024, os membros eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa) têm constatado com apreensão o desleixo relativo à gestão dos espaços públicos da freguesia, situação particularmente alarmante no Campo dos Mártires da Pátria. --------- Recordamos que este jardim foi uma das grandes prioridades do anterior executivo do Partido Socialista, no âmbito da promoção de espaços verdes para usufruto de todos os fregueses e de mais frequentadores, com visível preocupação pela conservação da sua fauna e flora, nomeadamente através da criação do parque canino e da promoção de obras no centro logístico que serve de apoio à manutenção dos animais que lá







de 2024, respetivamente; ---------- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata nº 13, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Eleitos presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 14, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Eleitos presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 15, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Eleitos presentes na respetiva reunião. ---------- Referiu, ainda, que ata n.º 16 ainda não se encontrava disponível para ser submetida a votação, já que se aguardava a sua transcrição pelos serviços competentes. ----- Continuando, disse que em relação aos pontos 3 e 4 talvez houvesse alguma necessidade de tempo, mas as associações estavam à espera dos protocolos e perguntava se havia alguma limitação em votar os pontos 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, sendo esse último votado à parte. Perguntou se podiam votar todos em conjunto até ao 20. ---------- Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que o PS lamentava que o Executivo fosse à Assembleia apresentar protocolos de atividades que já foram desenvolvidas. Como todos sabiam, os protocolos tinham que ir primeiro à Assembleia e só depois terem efeitos práticos, o que não estava a acontecer com a maior parte desses protocolos. Muitos deles referiam-se a atividades que já foram desenvolvidas e estava a lembrar por exemplo da feira da saúde no início do mês de abril. Estavam no mês de julho a apresentar protocolos de atividades que já foram realizadas, o que demonstrava mais uma vez o desrespeito do Executivo para com a Assembleia, cuja função era aprovar previamente os protocolos. --------- Estavam a votar protocolos quando a Lei dizia, passava a citar, "submeter à Assembleia de Freguesia para efeitos de autorização propostas de celebração dos protocolos de colaboração". Ou seja, os protocolos que estavam ali a votar deveriam ter ido à Assembleia primeiro para autorizar o Executivo a celebrar esses protocolos. --------- O que estavam a fazer, para além de votar protocolos e iniciativas que já ocorreram, era votar protocolos que o Executivo já celebrou e isso era contra a Lei. O Executivo deveria ter pedido autorização à Assembleia para celebrar esses protocolos e levava à Assembleia protocolos de iniciativas que já passaram. ---------- Por outro lado, como tinha dito na intervenção inicial, havia uma série de entidades que aguardavam por apoios financeiros que já deveriam ter sido há muito tempo. Sabia de algumas entidades na Freguesia que aguardavam pela assinatura desses protocolos porque precisavam desse apoio da Junta de Freguesia e o que o Executivo deveria ter feito relativamente a esses protocolos, se queria de facto que eles fossem a tempo de ajudar essas entidades, só tinha que solicitar à Mesa da Assembleia de Freguesia uma reunião extraordinária para que todos esses protocolos fossem aprovados. ---------- Se o Executivo já sabia que iria celebrar esses protocolos podia ter pedido uma Assembleia extraordinária em janeiro, fevereiro, março, abril, quando fosse. Ou seja, o Executivo estava a aguardar pelas Assembleias ordinárias para apresentar propostas de protocolos de iniciativas que já passaram, quando devia ter solicitado autorização à Assembleia de Freguesia para então celebrar o protocolo.--------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que queria dar uma palavra de agradecimento ao Eleito Vítor Carvalho pela indicação, mas tinha uma vantagem de ter já passado pelo Executivo. Portanto, verificaria que os protocolos que já foram realizados eram todos de colaboração sem a questão financeira associada. Os que



tinham uma questão financeira associada, o Executivo levava para serem autorizados e poder ser concedido o apoio financeiro. --------- Diriam que todos deviam ir antes e estava plenamente de acordo, mas ao ouvir o eleito Vítor Carvalho estava a recordar que cinco anos atrás dizia o mesmo com o Vitor sentado no Executivo, em que essa situação aconteceu quatro vezes com 12 protocolos. _____ ---- Só queria dizer isso para apelar à compreensão por vezes dessas situações. --------- Aproveitava para deixar uma nota à representante do PAN quando dizia que ficou à espera que se fizesse uma Assembleia mais cedo. Soubesse a Senhora Eleita que em conjunto com os seus pares, com um terço dos Membros podia requerer a todo o tempo uma Assembleia extraordinária sobre um tema concreto e a Mesa estava obrigada a convocar no prazo de cinco dias. --------- Ponto 6 - Análise, discussão e votação da proposta de revogação, por mútuo acordo, do protocolo celebrado entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; --------- Ponto 7 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo com a ANIMALIFE – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental, para efeitos de atribuição de apoio financeiro e cedência de espaço; --------- Ponto 8 - Análise discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e o Clube Estefânia para efeitos de atribuição de apoio financeiro; --------- Ponto 9 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo a celebrar entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e o G.A.T. - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA - Pedro Santos no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024); --------- Ponto 10 - Análise, discussão e votação da proposta de segunda alteração ao protocolo celebrado com o Centro Social Paroquial de São Jorge de Arroios no âmbito do projeto "REPÚBLICA"; ---------- Ponto 11 - Análise, discussão e votação da proposta de primeira alteração ao protocolo celebrado com o Centro Social Paroquial de São Jorge de Arroios no âmbito do projeto "REPÚBLICA II"; --------- Ponto 12 - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo com a Associação Cultural Ephemera destinado à cedência de espaço e realização de eventos de natureza cultural e/ou histórica: ---------- Ponto 14 - Análise, discussão e votação da ratificação de protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a Cooperativa de Solidariedade Social de Apoio e Proteção ao Idoso, CRL., no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024); ----------- Ponto 15 - Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a Faculdade de Ciências Médicas / NOVA Medical School da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da Feira de Saúde de Arroios ---- Ponto 16 - Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a Sociedade Antialcoólica Portuguesa (SAAP) no âmbito da Feira de Saúde de Arroios (2024);--------- Ponto 17 - Análise, discussão e votação da ratificação de Protocolo entre a Freguesia de Arroios (Lisboa) e a Associação de Internos de Medicina Geral e Familiar de Lisboa e Vale do Tejo (AIML VT) no âmbito da Feira de Saúde de <u>Arroios (2024); -----</u>



